



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR – CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PNAP

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
BACHARELADO MODALIDADE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR**

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a distância na Gestão
do PNAAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

Coordenação Local do Projeto:

Departamento de Administração do Campus Santa Cruz

Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Guarapuava



APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, no ano de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.120 (três mil e cento vinte) horas (em conformidade com o “Quadro 2” → Resumo de distribuição da carga horária total do curso: 3.120). Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.



Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade.

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes Nº. 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais,



possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração



e atualização de matérias didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenador



SUMÁRIO

1 – Dados de Identificação do Curso.....	11
2 – Introdução	21
3 – Justificativa.....	25
4 – Universidade Aberta do Brasil: objetivos.....	27
5 – Diretoria de Educação a Distância da CAPES	28
6 – Caracterização Regional.....	29
7 – Integração e Articulação da Educação a Distância da UNICENTRO ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	32
8 – Aspectos institucionais.....	33
8.1. Missão.....	33
8.2. Visão.....	33
8.3. Princípios e Valores.....	33
9 – Concepção do Curso Administração Pública a Distância.....	34
9.1. Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso	36
9.2. Dimensões de Formação.....	37
9.3. Concepção Pedagógica do Curso.....	38
9.3.1. Objetivo Geral	40
9.3.2. Objetivos Específicos.....	40
9.4. Perfil do Egresso.....	41
9.5. Organização Curricular.....	44
9.6. Carga Horária	46
9.7. Matriz Curricular	46
9.8. Conteúdo Programático	50
9.9. Disciplinas Eletivas	50



9.10. Temas Contemporâneos na Gestão Pública.....	50
9.11. Estágio Supervisionado	51
9.12. Atividades Complementares.....	54
9.11. Estágio Supervisionado	51
9. 13. Conteúdos da Base Social - Conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais/Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.....	55
9.14. Conteúdos de Educação Ambiental.....	56
9.15. Educação em Direitos Humanos.....	59
9.16. Estatuto do Idoso.....	61
9.17. Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS.....	62
10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica	63
10.1. Equipe Multidisciplinar.....	65
10.2. Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar.....	65
10.3. Docentes que participam da Gestão do Curso.....	66
11 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa.....	67
11.1. Sistema de Tutoria	70
11.2. Encontros Presenciais	72
11.3. Recursos Físicos e Materiais	72
12 – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem	74
12.1 – Avaliação Institucional.....	74
12.2 – Avaliação dos Subsistemas de EAD.....	74
12.3 – Avaliação de Aprendizagem.....	76
13 – Processo de Comunicação-Interação entre os Participantes do Curso	79



14 – Curricularização da Extensão e Articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....	80
15 – Acessibilidade e Inclusão em Atenção aos Discentes e Docentes.....	84
16 – O Quadro dos Docentes que atuam no Curso.....	85
REFERÊNCIAS.....	86
DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.....	86
ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos.....	86
experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.....	86
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito.....	86
Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.....	87
COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços.....	87
Públicos. São Paulo: Saraiva, 2014.....	87
CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras.....	87
Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.....	87
DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.....	88
AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na.....	88
Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2014.....	88
MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações.....	88



Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.	88
VELOSO, Luiz Paulo. QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.....	88
HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: UNESP.....	88
2014.....	88
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia:.....	88
Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.....	88
ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da.....	128
Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017.....	89
Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos- ABC_05_05_V_7.pdf . Acesso em: 26 set. 2020.....	89
ANEXO A – SUGESTÃO DE FLUXO.....	91
ANEXOS B – EMENTÁRIOS.....	92
ANEXOS C – LEGISLAÇÕES DO CURSO.....	146



1 – Dados de Identificação do Curso

a) Nome do Curso:

Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado,
Modalidade de Educação a Distância (EAD)

b) Proponente/Nome da Mantida/Identificação

- Mantenedora: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
- Instituição Mantida: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - UNICENTRO
- Curso: GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO
- Modalidade de educação a distância
- Unidade de Ensino: SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (SESA) – CAMPUS SANTA CRUZ
- Departamento Responsável: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (DEADM/SC/UNICENTRO) – CAMPUS SANTA CRUZ (GUARAPUAVA/PR)

- ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO:

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro

Campus Santa Cruz – Unicentro

Rua Padre Salvatore Renna, nº. 875, Bairro Santa Cruz

Guarapuava - PR

CEP: 85015-430

Fone: (42) 6321-1000 ou (42) 3621-1466

c) Coordenação do Curso UNICENTRO

O Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de Educação a distância, ofertado na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, é coordenado pelo **Professor**



Dr. Ademir Juracy Fanfa Ribas – Portaria nº 804-GR/Unicentro, de 1 de Outubro de 2020.

→ **Dados do COORDENADOR do CURSO:** Possui Graduação em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste Unicentro (1996); Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro (1998); Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal Do Paraná - UFPR (2009) e Doutorado em Ciências Florestais, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro (2019).

d) Público-Alvo:

Interessados em estudar e discutir a temática de Governo e Administração Pública. Servidores de todos os níveis e poderes do Estado. Dessa forma, a clientela alvo é composta por egressos do ensino médio e/ou equivalente, funcionários de função administrativa de âmbito federal, estadual ou municipal, de caráter público, aprovados e classificados em processo seletivo próprio para a oferta.

e) Número de Vagas e Polos da 4ª Oferta do Curso (que iniciará em fevereiro de 2021):

As vagas são ofertadas de acordo com a aprovação de edital específico, determinado pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da UAB-Capes. Desta forma, cada oferta terá um quantitativo de vagas e polos, previamente aprovados pela DED-UAB/Capes. Outrossim, ressalta-se que a Sede Administrativa, que se constitui como polo central para oferta do curso de graduação em administração pública está situada no *campus* universitário Santa Cruz-Unicentro. Abaixo, disponibiliza-se tabela com as vagas e polos aprovados pela DED-UAB/Capes à Unicentro, para realização da 4ª oferta:



UNICENTRO	POLOS	VAGAS POR POLO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO, MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 4ª OFERTA	APUCARANA/PR	60 (SESSENTA)
	BITURUNA/PR	20 (VINTE)
	FLOR DA SERRA DO SUL/PR	20 (VINTE)
	PALMITAL/PR	20 (VINTE)
	PRUDENTÓPOLIS/PR	30 (TRINTA)
	RESERVA/PR	30 (TRINTA)
	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE/PR	30 (TRINTA)
	TAMARANA/PR	30 (TRINTA)

→ **Observação:** Os polos de oferta do curso e a quantitativo de vagas disponibilizadas por polo de educação a distância são definidas pela DED-UAB/Capes, por meio de edital próprio para esse fim e são determinados por oferta (polos e números de vagas), as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas.

f) Formas de ingresso:

Processo Seletivo Simplificado, definido pela Universidade.

→ **Observação:** O processo seletivo para a 4ª oferta do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, Modalidade de Educação a Distância, realizar-se-á de maneira unificada entre a Unicentro, UEPG e UENP. Em uma parceria inédita, com foco na atuação em rede, a UVPR (Universidade Virtual do Paraná) realizará o seu Vestibular Unificado EAD 2020. Fazem parte da iniciativa três universidades: a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Estadual do Centro-Oeste e a Universidade Estadual do Norte do Paraná. Em virtude da pandemia de COVID-19, o processo seletivo será online, diretamente no site da UEPG: <https://cps.uepg.br/inicio/index.php/vestibularead/unificado-2020>.

g) Duração do curso:

TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO: Mínimo 8 (oito) semestres e máximo 10 (dez) semestres para integralização curricular.



h) Carga horária total do curso (currículo pleno):

Em horas relógio: 3.120 (três mil e cento e vinte - em conformidade com o “Quadro 2” → Resumo de distribuição da carga horária total do curso).

i) Grau/modalidade/turno/aulas/regime de matrícula/equivalência de disciplinas

Ressalta-se que o Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, é ofertado na modalidade de educação a distância, e essa modalidade de ensino permite que as aulas sejam realizadas por meio de atividades on-line, seja de forma remota ou por uma plataforma virtual. A Unicentro utiliza a Plataforma de Aprendizagem Ava-Moodle para oferta dos cursos de Graduação na modalidade de educação a distância. Dessa forma, o turno das aulas segue o tempo e o ritmo do acadêmico que acessará a Plataforma de Aprendizagem Ava-Moodle/Unicentro, a qual está inclusa no portal da Instituição (<https://moodle-nead.Unicentro.br/>), e poderá acessar as aulas, em conformidade com a disciplina que está sendo ofertada. Destaca-se, ainda, que o regime de matrícula do curso é seriado anual com disciplinas semestrais (modulares).

Em relação a solicitação de equivalência de disciplinas ou aproveitamento de disciplinas é um direito do universitário. O acadêmico poderá solicitar na Secretaria Acadêmica do Curso, protocolizando requerimento específico para esse fim, disponibilizado na Secretaria Acadêmica deste Curso e ainda, mediante o encarte (anexo) de documentos comprobatórios que respaldem a sua solicitação (apresentação do histórico acadêmico da instituição de origem/curso concluído, acompanhado do conteúdo programático das matérias que deseja solicitar análise para verificação se há da possibilidade de equivalência/aproveitamento de disciplinas).



Outrossim, ressaltamos a Legislação interna da Unicentro nesse âmbito: RESOLUÇÃO Nº 20-CEPE/UNICENTRO, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019 → Aprova o Regulamento das Normas Acadêmicas para os Cursos de Graduação, na modalidade de Educação a Distância da UNICENTRO, especificamente no CAPÍTULO IV: DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS JÁ CURSADOS, em:

Art. 24. Aproveitamento de estudos é o reconhecimento da equivalência de disciplina cursada em instituição de ensino superior autorizada ou credenciada, com disciplina do currículo do curso do aluno, que possibilita a dispensa de seu cumprimento.

Art. 25. O aluno interessado em obter aproveitamento de estudos deve protocolizar requerimento na Secretaria Acadêmica do Curso, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – histórico escolar contendo carga horária, notas obtidas e período de realização;

II – planos de ensino das disciplinas que pretende aproveitar, expedidos pela instituição de origem;

III – cópia do decreto de autorização ou de reconhecimento do curso, caso não seja informado no histórico escolar.

Parágrafo único. O aluno que pretende obter aproveitamento de disciplinas cursadas na UNICENTRO, a partir de 2011 é liberado de apresentar os planos de ensino, ficando a cargo do Departamento a consulta eletrônica do documento, e para períodos anteriores a 2011, o aluno deve requerer o documento via protocolo.

Art. 26. Cabe à Coordenação do Curso a análise da solicitação de aproveitamento, considerando a carga horária e os conteúdos cursados com êxito pelo aluno, ouvido o professor responsável pela disciplina.



Parágrafo único. O prazo para emissão de parecer sobre aproveitamento de estudos é de quinze dias úteis, a partir da data de recebimento do processo na Coordenação do Curso. Art. 27. O aproveitamento de estudos não se aplica nos seguintes casos:

- I – aproveitamento parcial de estudos;
- II – aproveitamento de estudos em estágio supervisionado de outro curso;
- III – aproveitamento de carga horária de disciplinas para cumprimento de atividades complementares.

Art. 28. É permitida a concessão de aproveitamento de disciplinas concluídas com aprovação em cursos de pós-graduação, devidamente reconhecidos, considerando os critérios estabelecidos nos artigos 26 e 27 deste Regulamento (RESOLUÇÃO Nº 20-CEPE/UNICENTRO, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019. Disponível em: <https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/0E8CBFB1> Acesso: 29 out. 2020).

j) Atos Legais de Criação e Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento do Curso

- DECRETO nº 12.340/2014 → De Reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância ;
- DECRETO nº 0385/2019 → Renovação de Reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância.
- Destaca-se que o Reconhecimento está expresso no DECRETO nº 12.340/2014 (autorização) e também, no DECRETO nº 0385/2019 (deliberação/autorização de renovação de Reconhecimento em 2019 pelo Conselho



Estadual de Educação do Estado do Paraná – CCE/PR), com as seguintes características: “Fica renovado o reconhecimento, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 16 de outubro de 2018 a 15 de outubro de 2023, do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância”, 3.120 (três mil e cento e vinte - em conformidade com o “Quadro 2” → Resumo de distribuição da carga horária total do curso), 240 (duzentas e quarenta) vagas na 2ª oferta e 150 (cento e cinquenta) vagas na 3ª oferta, distribuídas nos polos, regime de matrícula seriado anual com disciplinas semestrais, período de integralização mínimo de 08 (oito) e máximo de 10 (dez) semestres, ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, município de Guarapuava, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

As legislações que são sustentáculo normativo para a oferta do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, na Unicentro são as seguintes:

- Resolução nº 88-COU/Unicentro/2009, que cria o Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade de educação a distância, na Unicentro;
- Resolução nº 80-COU/Unicentro/2011, que altera o art. 3º e o anexo III, da Resolução nº 88-COU/Unicentro /2009; e
- Resolução nº 14-COU/Unicentro/2012, que altera o anexo IV, da Resolução nº 88-COU/Unicentro/2009.

k) Número de Vagas Ofertadas - desde a 1ª Oferta do Curso

→ **Vagas 1ª Oferta:** 400 vagas distribuídas entre 8 polos regionais, sendo Apucarana/PR, Bituruna/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Laranjeiras do Sul/PR, Nova Tebas/PR, Palmital/PR, Pato Branco/PR, Pinhão/PR.

→ **Vagas 2ª Oferta:** 240 vagas distribuídas entre 4 polos



regionais, sendo 60 vagas por polo em Apucarana/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Ivaiporã/PR e Laranjeiras do Sul/PR.

→ **Vagas 3ª Oferta:** 150 vagas distribuídas entre 4 polos regionais, sendo 50 vagas nos polos de Pato Branco/PR e Pinhão/PR e 25 vagas nos polos de Prudentópolis/PR e de Iretama/PR.

→ **Vagas 4ª Oferta** (a ser realizada/nova oferta): 240 vagas distribuídas em 8 polos regionais, sendo:

POLOS DA 4ª OFERTA	VAGAS POR POLO
APUCARANA/PR	60 (SESSENTA)
BITURUNA/PR	20 (VINTE)
FLOR DA SERRA DO SUL/PR	20 (VINTE)
PALMITAL/PR	20 (VINTE)
PRUDENTÓPOLIS/PR	30 (TRINTA)
RESERVA/PR	30 (TRINTA)
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE/PR	30 (TRINTA)
TAMARANA/PR	30 (TRINTA)

I) Núcleo Docente Estruturante – NDE:

O Núcleo Docente Estruturante - NDE, do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, está oficializado pela **PORTARIA Nº 024-SESA/G/UNICENTRO, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020.**

m) Legislação Reguladora do Exercício Profissional do (a) Administrador(a) Público(a) – Leis da Profissão na esfera Nacional

A Legislação Reguladora do Exercício Profissional do(a) Administrador(a) Público(a), expressa na Lei do Administrador, nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências e apresenta em

seu Art. 1º - “O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido da categoria profissional de Administrador”. Assim, como teor informacional apresenta-se as leis da profissão na esfera nacional, sendo:

- [Lei nº 9.829, de 22/09/1999](#)

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei n.º 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

- [Lei nº 8.873, de 26/04/1994](#)

Altera dispositivos da Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador.

- [Lei nº 8.666, de 21/06/1993](#)

Em seu art. 30 – Regulamenta o art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- [Lei nº 7.321, de 13/06/1985](#)

Altera a denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração e dá outras providências.

- [Lei nº 6.838, de 29/10/1980](#)

Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente.

- [Lei nº 6.839, de 30/10/1980](#)

Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

- [Lei nº 6.642, de 14/05/1979](#)

Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.

- [Lei nº 6.206, de 07/05/1975](#)

Dá valor de documentação de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

- [Lei nº 4.769, de 09/09/1965](#)

Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências.

→ **Decretos**

- [Decreto nº 84.701, de 13/05/1980](#)

Institui o Certificado de Regularidade Jurídico-Fiscal nas licitações promovidas na Administração Federal Direta e Indireta, e dá outras providências.

- [Decreto nº 84.702, de 13/05/1980](#)

Simplifica a prova de quitação de tributos, contribuições, anuidades e outros encargos, e restringe a exigência de certidões no âmbito da Administração Federal.

- [Decreto nº 70.673, de 05/06/1972](#)

Altera o regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador, e dá outras providências.

- [Decreto nº 61.934, de 22/12/1967](#)

Aprova o REGULAMENTO DA LEI nº 4769/65, de 9 setembro de 1965, que dispõe o exercício da profissão de Administrador.

n) Mobilidade/programas

Os acadêmicos do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, terão a descrição a possibilidade de participação dos em programas Institucionais como: iniciação científica, iniciação à extensão (com possibilidade de bolsas), monitoria discente, entre outros, assim com a possibilidade de mobilidade acadêmica. Outrossim, especificamente, a Mobilidade Estadual ou Nacional, esta é destinada exclusivamente a estudantes de graduação, por meio do Programa Paranaense de Mobilidade Estudantil (PPME) e do Programa de Mobilidade Nacional da Abruem (PMN). Em ambos programas, a mobilidade divide-se em: incoming (quando estudantes oriundos de instituições estaduais/nacionais são recebidos na Unicentro) e outgoing (quando estudantes da Unicentro saem para realizar parte dos seus estudos em outra instituição estadual/nacional). Para maiores informações

sobre estes, o acadêmico deverá acessar a página eletrônica:
<https://www3.unicentro.br/eri/mobilidade-academica/nacional/>

Em relação ao Programa de Mobilidade Nacional da Abruem, este é promovido pela Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), em parceria com suas universidades afiliadas. Em duas edições anuais, uma em cada semestre, o PMN busca promover o intercâmbio de estudantes de graduação das instituições participantes, com vistas a oportunizar a vivência de diferentes métodos pedagógicos e didáticos; conhecer diferenças e costumes regionais, participar de atividades estudantis complementares; e adentrar em projetos de extensão e pesquisa em diferentes centros educacionais distribuídos em todo o território nacional. Para mais informações sobre este programa, o acadêmico do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, deverá acessar:
<https://www3.unicentro.br/eri/mobilidade-academica/nacional/pmnl/>

E no que tange, ao Programa de Bolsas para Mobilidade e Internacionalização, os acadêmicos do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, interessados na sua realização, poderão ser contemplados nessa especificidade de mobilidade e também, em outras ações de internacionalização, mediante atendimento das determinações constantes em editais, elaborados para esse fim, contar com a possibilidade de recebimento de bolsas de estudos, financiadas com recursos institucionais ou por meio de agências de fomento (nacional ou internacional). Para maiores informações sobre este Programa, o acadêmico do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, deverá acessar o seguinte endereço eletrônico, para obter mais informações:
<https://www3.unicentro.br/eri/mobilidade-academica/bolsas-para-mobilidade-e-internacionalizacao/>

2 – Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema



nacional de educação superior à distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estimula a oferta do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, Modalidade Educação a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional. Vale destacar que o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) é um programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 2009, que tem como área de atuação a formação, capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos.

Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior para o exercício de atividades gerenciais, possibilita que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica e contribuam para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal. Na busca pela consecução dos objetivos do PNAP, há no Sistema UAB a oferta de cursos na área



da Administração Pública, compreendidos em: bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização em Gestão em Saúde.

Assim, os Projetos Pedagógicos dos Cursos do PNAAP encontram-se previamente organizados pela DED/UAB-Capes. Portanto, ressalta-se que quando há a adesão ao PNAAP, a Unicentro e todas as demais Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que compõem o Sistema UAB, com vistas a consolidar a oferta desse Programa em todo o território nacional, por meio da rede de polos de educação a distância do Sistema UAB, devem seguir um Projeto Pedagógico semelhante e editado pela DED/UAB-Capes, o que permite à Coordenação de Curso, otimizar poucas interferências neste texto, pois, mediante a adesão da Unicentro ao Programa PNAAP, há que se seguir determinações salvaguardadas e publicados pela Diretoria de Educação a distância (DED), UAB-Capes.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Unicentro oferece o Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução nº1, de 14 de janeiro de 2014;



- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e
- XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelece o regulamento próprio.



3 – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não



exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal. Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea. Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União,



estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais. É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

4 – Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.



5 – Diretoria de Educação a Distância da CAPES

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da CAPES objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de educação a distância e subsidia a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade de educação a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, articula-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.



6 – Caracterização Regional

A relevância social do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, além das parcerias com instituições internacionais, federais, estaduais e municipais justificam a atuação da Unicentro em diferentes níveis de ações, com vistas às perspectivas de inserção regional e responsabilidade social e à promoção de alternativas para o desenvolvimento humano sustentável.

A busca do desenvolvimento socioeconômico e socioambiental por parte da Universidade está declarada em sua missão e que consiste em “Propiciar a produção, a guarda, o acesso e a disseminação do conhecimento científico, da cultura, da arte, da tecnologia e da inovação, formando pessoas eticamente responsáveis e profissionalmente qualificadas para a atuação e a transformação do contexto socioeconômico e político em que atuam e contribuindo para o desenvolvimento regional”. Requer a observância de princípios e práticas que valorizem a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que promovam a equidade, que proporcionem ampliação dos mecanismos de inclusão social e da atuação por meio de redes acadêmicas e que avancem na flexibilização de modalidades de aprendizagem.

De acordo com o documento síntese do Fórum Nacional de Educação Superior (FNES, 2009), uma Universidade comprometida socialmente é espaço de educação de cidadãos em um mundo de desigualdades e injustiças; de pessoas em condições de encontrar o seu lugar no mercado de trabalho; de pessoas responsáveis pela sociedade onde vivem, comprometidas com a causa pública.

Ainda, a democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado Brasileiro, compromisso esse expresso no conjunto de Metas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014). A partir de tais premissas e diretrizes, a Unicentro possui atividades que legitimam a missão e

os compromissos de uma IES pública, no Estado do Paraná. De acordo com o documento-síntese do FNES de 2009, trata-se de um contexto em que o compromisso social das IES com a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CTI) adquire enorme importância pela necessidade de promover alternativas de crescimento econômico, desenvolvimento humano e sustentável.

A responsabilidade social da Unicentro compreende um conjunto de atividades que visam contribuir para atendimento às demandas sociais, e uma gama de projetos e programas que fomentam a geração de conhecimento científico, tecnológico e inovação.

Cumprir observar que a Unicentro reverbera as proposições do FNES quando transmite, produz e dissemina o conhecimento de forma comprometida e socialmente responsável, assumindo desafios globais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Sendo fiel ao seu propósito de atender às demandas sociais do público que a ela ocorre, ou que ela busca atender, a Unicentro extrapola sua área de abrangência para além da Região Centro-Sul do Paraná, onde está localizada. Seja nas atividades educativas, na produção científica, nos projetos de inovação tecnológica, na produção artística, as ações da Instituição se fazem sentir em cenário bem mais amplo, nacional e internacional, mediante contínuo aprimoramento de tecnologias de linguagens e do relacionamento com os atores sociais que compõem os diferentes cursos de graduação e pós-graduação, e desenvolvem ações de pesquisa e extensão em parcerias, no país e no exterior.

Com base nas acentuadas assimetrias econômicas e sociais verificadas no território paranaense, os indicadores socioeconômicos da área de abrangência da Unicentro ressaltam a relevância do papel da Instituição como promotora de ações com vistas à integração entre municípios, à valorização da diversidade cultural e à melhoria dos aspectos sociais e ambientais. Considerando os



indicadores sociais das mesorregiões 3 em que a Unicentro atua, observam-se Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), bastante baixos se comparados com o indicador médio paranaense de 0,749, em 2010, e 0,790 em 2014, o que reforça a sua responsabilidade social, especialmente nos casos de municípios com baixo nível de desenvolvimento.

Os impactos e a importância da Unicentro podem ser sentidos na quantificação do público discente diretamente atendido nas suas diversas unidades (campi universitários e campi avançados). Conforme dados de 2017 da Diretoria de Avaliação Institucional (Dirai), a Universidade conta com: 7.195 alunos de graduação presencial e 1.515 de educação a distância; 383 alunos de especialização presencial e 1.280 a distância e 714 alunos de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Observa-se que, do total de 399 municípios paranaenses, 250 são, de alguma forma, são atendidos pela Unicentro, o que perfaz um total de mais de cinco milhões de pessoas residentes na sua região de abrangência. Nesse cenário, e segundo a classificação do FNES, a Unicentro qualifica-se como uma IES socialmente relevante, tendo em vista seu esforço para superar as distâncias geográficas e dar atendimento de qualidade, mediante o tripé ensino-pesquisa-extensão, às regiões e comunidades que apresentam baixos indicadores sociais.



7 – Integração e Articulação da Educação a Distância da Unicentro ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

Com a certeza de que a universidade precisa buscar novas alternativas de formação em nível superior para a população tão carente de formação inicial e continuada, bem como alicerçar mecanismos que possibilitassem a flexibilização curricular e o uso de novas metodologias é que a Unicentro se inseriu desde 2003 em um processo de formação contínuo e sistemático, com o uso de ferramentas tecnológicas e educação a distância e, atualmente atua em processos de educação híbrida.

Em 2006, a Unicentro foi credenciada junto ao MEC para a oferta de cursos na modalidade de EaD. De lá para cá, as ações se multiplicaram, em grande parte advindas do financiamento externo gerado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil. Possui, atualmente, aproximadamente 2500 alunos no processo, em 28 Polos de EAD.

A Universidade, como instituição que visa a democratização do conhecimento, bem como a utilização e crítica desse mesmo conhecimento no sentido de uma práxis cidadã, entende que a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho acadêmico para a formação de pessoas deve passar, obrigatoriamente, por essa modalidade de educação, numa perspectiva de democratização do saber.

Sendo assim, o Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de Educação a distância, a ser ofertado pela Unicentro em parceria com a Diretoria de Educação a distância - DED/Capes está planejado para ser ofertado nos Polos de Educação a Distância, polos UAB, de acordo com edital de fomento nº 05/2017 da DED/Capes.



8 – Aspectos institucionais

8.1. Missão

Propiciar a produção, a guarda, o acesso e a disseminação do conhecimento científico, da cultura, da arte, da tecnologia e da inovação, formando pessoas eticamente responsáveis e profissionalmente qualificadas para a atuação e a transformação do contexto socioeconômico e político em que atuam e contribuindo para o desenvolvimento regional.

8.2. Visão

Ser referência em termos de qualidade em universidade pública, democrática e autônoma, com gratuidade na oferta de Cursos de Graduação e Pós-graduação Stricto Sensu, com atuação nos cenários regional, nacional e internacional, a partir de ações cooperativas e integradas dos seus órgãos administrativos e setores de conhecimento com a sociedade, de forma a contribuir para o dinamismo socioeconômico, educativo, cultural, científico e tecnológico em sua área de atuação.

8.3. Princípios e valores

Defesa da Universidade como bem público.

- Atuação com responsabilidade ética, social e ambiental.
- Respeito às especificidades do público, à diversidade e à pluralidade de ideias.
- Gestão democrática e representação colegiada nas instâncias deliberativas.
- Defesa do conhecimento científico como a base de suas ações.
- Respeito à história, aos valores e às necessidades dos grupos e comunidades atendidos.
- Valorização dos públicos interno (corpo técnico e docente) e externo (alunos, comunidade, organizações e instituições).



9 – Concepção do Curso de Administração Pública na modalidade de educação a distância

Destaca-se na contextualização da área de conhecimento e também, na abrangência da memória histórica de oferta do curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, que este curso existe há uma década e está atualmente, em sua terceira turma (3ª oferta). Assim, ressalta-se o êxito da oferta do pela grande aceitação da comunidade paranaense, pois, a organização pedagógico fornece ao acadêmicos subsídios teóricos e práticos na gestão da administração pública e de pessoas; possibilita o reconhecimento das potencialidades individuais como diferencial competitivo, estimula mudanças nos ambientes organizacionais, desenvolve competências que otimizem a atuação em organizações públicas de diversos portes.

Voltado aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de interessados em ingressar na carreira pública. Possui uma nota de reconhecimento do curso de 4,21 (de um total de 5).

Desde a sua criação, o curso atuou em 11 polos UAB do Paraná e, por consequência, profissionalizou pessoas de municípios de diferentes regiões. A primeira oferta ocorreu em 2010 nos polos de Apucarana, Bituruna, Flor da Serra, Laranjeiras do Sul, Nova Tebas, Palmital, Pato Branco e Pinhão, resultando em 191 alunos formados. A segunda turma (2015) foi ofertada nos polos de Apucarana, Flor da Serra, Laranjeiras do Sul e Ivaiporã, com 109 alunos formados. A terceira turma está em andamento e começou em 2018, nos polos de Pato Branco, Pinhão, Prudentópolis e Iretama, com 100 estudantes matriculados, atualmente. E, para a **4ª OFERTA** do Curso, com previsão de início para fevereiro de 2021, contempla os polos de: Apucarana/PR (60 (sessenta) vagas); Bituruna/ PR (20 (vinte) vagas); Flor da Serra do Sul/pr ((20 (vinte)



vagas); Palmital/ PR (20 (vinte) vagas); Prudentópolis/ PR (30 (trinta) vagas); Reserva/ PR (30 (trinta) vagas); Santo Antônio do Sudoeste/ PR (30 (trinta) vagas); Tamarana/ PR (30 (trinta) vagas).

Portanto, evidencia-se que a Unicentro, por meio de seus diferentes órgãos institucionais, entende a importância da EaD pública e, por meio da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a distância, possibilita que pessoas que até então não poderiam ter acesso a um curso superior gratuito e de qualidade, possam cursar o Ensino Superior, pois, em função da sua tradição e qualidade de ensino, a Unicentro têm grande reconhecimento pela sociedade, visto que o seu estudante formado, está apto a aliar teoria à prática profissional, está preparado para vivenciar novos e importantes desafios, que poderão atribuir a este e a seus familiares melhores condições de vida.

Nesse viés socioeducacional, é importante enfatizar que a metodologia proposta pelo curso, tem como foco a autonomia nos estudos, por meio de uma experiência que privilegia a qualidade dos recursos educacionais e no que se refere ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-MOODLE), o curso disponibiliza ferramentas elaboradas com propósito de viabilizar uma integração completa do aluno com o material didático, com a mediação e com os demais serviços. Seu layout otimizado permite o acesso através de smartphones, tablets e desktops. As aulas são disponibilizadas em alta resolução e os conteúdos são produzidos por professores da Unicentro com vasta experiência e formação na área de conhecimento. O curso conta ainda com uma equipe especializada de tutores responsáveis pelo seu acompanhamento no decorrer das disciplinas.

Em suma, é salutar ressaltar que muitos egressos hoje, do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, coordenam órgãos públicos em diferentes níveis (municipais, estaduais e federais) com expertise socioprofissional. Neste



contexto, ressalta-se que a Unicentro atribui relevante importância ao ensino, a pesquisa e a extensão e, desempenha um importante papel no desenvolvimento comunitário e humano, pois, um dos objetivos da Universidade é de democratizar o acesso à Educação Superior para todos, pois, a Unicentro como uma Universidade pública, tem o seu papel social, intelectual e inovador, otimizados em prol da promoção do desenvolvimento social e humanitário.

9.1. Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;



- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

I – o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II – a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;

III – a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

9.2. Dimensões de Formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:



- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

9.3. Concepção Pedagógica do Curso

A concepção do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.



O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolve discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelece regulamento próprio.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.



9.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capaz de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

9.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;



- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

9.4. Perfil do Egresso

O curso de Curso de Graduação em Administração Pública está organizado para propiciar à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, ao permitir, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de



vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso visa possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas; apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

II. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

III. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo



expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;

VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

→ **O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:**

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;



- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

Destarte, destaca-se que o acompanhamento dos Egressos da Unicentro é realizado pela Diretoria de Avaliação Institucional (DIRAI), a qual é responsável pela condução dos processos envolvendo a Avaliação Institucional, que para tanto, busca a participação efetiva da comunidade envolvida – egressos, discentes, docentes e agentes universitários, para que os resultados dos ciclos e processos avaliativos possam subsidiar o aperfeiçoamento das atividades internas da Universidade. A DIRAI atua ainda, na coleta e tratamento de dados e informações que qualifiquem a tomada de decisões institucionais.

9.5. Organização Curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e



municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional são abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.



As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima.

9.6. Carga Horária

A carga horária total do curso (currículo pleno) contempla em horas relógio: 3.120 (três mil e cento e vinte → em conformidade com o “Quadro 2” – Resumo de distribuição da carga horária total do curso).

9.7. Matriz Curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), nº. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;
- II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90



horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

- III. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, para possibilitarem enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;
- IV. Atividades Complementares – demais atividades do curso com 120 horas, conforme regulamento próprio da Unicentro.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

• **Quadro 2 – Resumo de distribuição da carga horária**

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Disciplinas obrigatórias	174	2.550	82
● Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	690	22
● Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.770	56
● Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	90	13

(Continua)

(Continuação)

Conteúdos	Créditos	Carga horária
Demais disciplinas	6	150
● Disciplinas eletivas	4	60
● 3 Disciplinas optativas	6	90
TCC	8	120
Estágio Supervisionado	12	180
Atividades Complementares	8	120
Carga horária total do Curso	208	3.120



As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da Unicentro estão especificadas no Quadro 3:

• **Quadro 3 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública**

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
3	Auditoria e controladoria	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
4	Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
5	Administração Pública Brasileira	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
6	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	30	FB	Geral	Obrigatória
7	Ciência Política	2	30	FB	Pub.	Obrigatória
8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
9	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
10	Cooperação Internacional	4	60	FP	Geral	Obrigatória
11	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
12	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
13	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Pub.	Optativa
14	Economia Brasileira	4	60	FB	Geral	Obrigatória
EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
15	Empreendedorismo governamental	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Estatística Aplicada à Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Estratégia nas Organizações Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
18	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Geral	Obrigatória
20	Gestão da qualidade no Setor Público	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
21	Gestão de Operações e Logística I	2	30	FP	Geral	Optativa



22	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
23	Gestão de Projetos Públicos	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
24	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
25	Gestão do Conhecimento	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
26	Gestão Social e Participação Popular	4	60	FP	Geral	Obrigatória
27	Governo Eletrônico	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
28	Inovação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
29	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
30	Introdução à EaD	2	30	FC	Geral	Obrigatória
31	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
32	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
33	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	30	FB	Geral	Optativa
34	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Marketing e Sociedade	2	30	FB	Geral	Optativa
36	Matemática Financeira	2	30	FP	Geral	Obrigatória
37	Matemática para Administradores	4	60	FP	Geral	Obrigatória
38	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
39	Métodos e técnicas de estudos	2	30	FB	Geral	Obrigatória
40	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
41	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
42	Organização, Sistemas e Métodos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
43	Planejamento Governamental	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
44	Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
45	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Redação Oficial	2	30	FB	Geral	Optativa
47	Regulação de Serviços Públicos	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
48	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
49	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória



50	Tópicos especiais de gestão municipal	2	30	FP	Pub.	Optativa
51	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
52	Teorias da Administração I	4	60	FB	Geral	Obrigatória
53	Eletivas da Ipes I	2	30	-	-	Obrigatória
54	Eletivas da Ipes II	2	30	-	-	Obrigatória
55	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
56	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
57	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
58	TCC I	4	60	-	-	-
59	TCC II	4	60	-	-	-

Legenda: CR – Créditos; FB – Conteúdos de Formação Básica; FP – Conteúdos de Formação Profissional.

(*) Sugere-se que a disciplina Introdução à EaD seja ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do aluno.

9.8. Conteúdo Programático

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

9.9. Disciplinas Eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do Módulo VI, cujos conteúdos remetem a temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que já são ofertadas pela Unicentro.

9.10. Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional da Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública.



Espera-se que, nessas disciplinas, possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualizações relacionadas à gestão pública.

9.11. Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública da Unicentro, observados os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, destacando em seu “Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas” e em especial em seu “Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior”.

O estágio está regulamentado por meio da Resolução nº 025-CONSET/SESA/G/Unicentro, de 18 de abril de 2013, que aprova o Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Administração Pública, modalidade de educação a distância e acontece nos quatro últimos semestres.

O estágio supervisionado é entendido como um espaço interdisciplinar com clara definição da responsabilidade para o exercício profissional do administrador. Tem como finalidade proporcionar o conhecimento da realidade administrativa por meio de



estudos, análises e reflexões, com proposição de ações para o processo ensino-aprendizagem, bem como, elaboração, execução e avaliação de projetos e programas administrativos, não apenas nas instituições, mas também nos demais ambientes sociais voltados à administração pública. Também busca assegurar aos graduandos, experiências do exercício profissional que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos, competências, predominantemente em contato direto com funcionários públicos, das instituições das esferas municipais, estaduais e governamentais.

Para tanto, é importante desenvolver nos futuros administradores saberes que possibilitem a análise das instituições e demais espaços públicos onde ocorre a avaliação de metodologias e estratégias de administrar e o reconhecimento das teorias presentes nas práticas públicas são conhecimentos a serem desenvolvidos no estágio.

Envolve todas as disciplinas teórico-práticas, ocorrendo desde a terceira série do curso, possibilitando que a relação entre os saberes teóricos e os saberes das práticas se efetivem durante todo o processo da formação, garantindo, inclusive, que os alunos aprimorem suas escolhas profissionais a partir do contato com as realidades vivenciadas. É realizado em instituições públicas que compõem os polos de oferta do curso.

Disponibilizamos no quadro abaixo, o rol documental que regulamentação o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, Modalidade Educação a distância, sendo:

REGULAMENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
• CONFORME – RESOLUÇÃO Nº 025-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 18 DE ABRIL DE 2013.
• CONFORME – CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTÁGIO.
• CONFORME – MODELO DE PROJETO DE ESTÁGIO.
• CONFORME – MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.
• CONFORME – RESOLUÇÃO Nº 037-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 20 DE JUNHO DE 2013.



O estágio não-obrigatório do curso de Administração Pública é considerado como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica e deve ser “planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos e programas”, a fim de se constituírem instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. Propicia aos alunos mais uma oportunidade para aplicar os conhecimentos teóricos e habilidades adquiridas durante o curso de administração. De acordo com a Lei nº 11.788/2008, em seu artigo 1º, o estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Os campos de atuação profissional para o estágio de administração Pública são os mesmos dos campos de atuação e atividades privativas do administrador, abrangendo o serviço público federal, estadual, municipal, autárquico, sociedades de economia mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, organizações do terceiro setor, organizações da sociedade civil de interesse público, cooperativas, indústrias, comércio, e prestação de serviços:

- Administração Financeiro;
- Administração de Material: administração de estoque;
- Administração Mercadológica/marketing: Administração de vendas;



- Administração de Produção;
- Administração e Seleção de Pessoal/recursos humanos/relações industriais;
- Orçamento: controle de custos; controle e custo orçamentário;
- Organizações e Métodos e Programas de Trabalho;
- Campos Conexos: administração de consórcio; administração de comércio exterior; administração hospitalar; administração de condomínios; administração de imóveis; administração de processamentos de dados/informática; administração rural; factoring; turismo.

9.12. Atividades complementares

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso e são regulamentadas pela Unicentro, por meio da Resolução nº 37-CONSET/SESA/G/Unicentro, de 20 de Junho de 2013, que aprovou o Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade de educação a Distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro.

Dentre as atividades, destacam-se:

- ▶ Oficinas com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada Módulo ou concentradas em Módulos específicos.
- ▶ Palestras cujos temas permeiam a gestão pública.
- ▶ Visitas Técnicas.
- ▶ São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como, semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de



extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria.

Assim, as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ao privilegiar a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001 e respeitadas pelo Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância.

9. 13. Conteúdos da Base Social - Conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais/Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Sobre os conteúdos de EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS/ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, ressaltamos a inserção destes, são conteúdos contemplados de modo transversal, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº. 1/2004 e Deliberação CEE/PR nº. 04/2006, sendo assim, a transversalidade de aplicabilidade destes, é caracterizada com a menção explícita em mais de um componente curricular, no que tange, a oferta do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância. Portanto, são abordados além da disciplina de “Cidadania e Direitos Sociais no Brasil”, sendo discutido amplamente, na especificidade geral das disciplinas ofertadas neste curso, logo que, o “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afrobrasileiros, bem como, a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira,



ao lado das indígenas, europeias, asiáticas” (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004, Art. 2º, § 2º, p. 01).

Outrossim, a inserção de conteúdos relacionados a Educação das Relações Étnico-Raciais são abordados de modo transversal, em todos os Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, em conformidade com o que está expresso na Resolução CNE/CP 1/2004 (Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno, Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004), que em seu Artigo 1º relata que: “Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores”.

Ainda, considera-se nessa especificidade de contextualização, a Deliberação CEE/PR 04/2006 (Processo n.º 880/2006, Deliberação n.º 04/06, aprovada em 02/08/06- Comissão Temporária – Portaria n.º 08/06, interessado: sistema estadual de ensino do paraná estado do paraná), que explicita as normas complementares às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

9.14. Conteúdos de Educação Ambiental

Os conteúdos abordados de Educação Ambiental no Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade de educação a distância, são contemplados além da disciplina de “Gestão Ambiental e Sustentabilidade”. Há inserção destes conteúdos de modo transversal, em todos os as disciplinas do curso, tendo em vista, o teor normatizado na Resolução CNE/CP n.º. 2/2012 e Deliberação do CEE/PR n.º. 04/2013, para cumprimento dos critérios da



transversalidade deste conteúdo, sendo que a “Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica” (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, Art. 5º, p.02). Logo, este conteúdo é contemplado e discutido em todas as disciplinas ofertadas no curso, tendo em vista, o cumprimento da sua finalidade de proteção e cuidado com a comunidade ecoambiental, com a justiça e a equidade socioambiental, em prol da proteção do meio ambiente e valorização da vida, presentes na promoção do processo de ensino-aprendizagem da UNICENTRO.

A inserção de conteúdos no âmbito da Educação Ambiental é realizada no Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade de educação a distância, de modo transversal, assim como em todos os cursos de Graduação do Ensino Superior, em conformidade com a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, pois, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

Tendo em vista, essa relevância socioambiental, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluiu os direitos ambientais, em um conjunto internacionalmente reconhecidos e define dessa maneira, que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.



Assim, o atributo “ambiental” na tradição da “Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental” (Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70).

Dessa forma, “o reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, às necessidades planetárias evidencia-se na prática social” (Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 71).

Isto posto, em relação a Deliberação do CEE/PR 04/2013 (Processo nº. 1780/07, Protocolo nº. 5.673.595-0, Deliberação nº 04/13 aprovada em 12/11/13, Conselho Pleno Interessado: Sistema Estadual de Ensino do Paraná), instrui as Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº. 9.795/1999, Lei Estadual nº. 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº. 02/2012.

Logo, estes conteúdos/conhecimentos suprarreferidos são valorados no Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, na especificidade da disciplina Gestão Ambiental e Sustentabilidade e além desta, corroborados no Projeto Pedagógico deste curso, nos diversos domínios de sua abordagem disciplinar.

Dessa forma, corrobora-se com o preceito legal da Deliberação nº. 04/13, do Conselho Estadual da Educação do Paraná, de 12/11/13, logo que nesta, em seu parágrafo único, se



relata que “Parágrafo único: A Educação Ambiental tem por objetivo o desenvolvimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído” (Processo nº 1780/07/Deliberação nº 04/13, p.3).

9.15 - Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação. O conteúdo em tela, é abordado na disciplina **Cidadania e Direitos Sociais no Brasil**, e assim são conferidas as discussões sobre a Lei Estadual nº 4.978/1964, de 05 de dezembro de 1964, como o Decreto Estadual nº. 5.499, de 3 de agosto de 2012, tendo em vista, o disposto no artigo 228 da Constituição Estadual do Paraná, o Parecer CNE/CP nº. 8/2012, a Resolução CNE/CP nº. 1/2012, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, instituído no Estado do Paraná no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Educação, com a participação do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Isto posto, e com base no Parecer Indicativo CEE/CP nº 04/15, que a esta incorpora, e que assim, estabelecem as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, logo que, “A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário” (Art. 5º, Deliberação nº 02/2015-CEE/PR).



Dessa forma, a Educação em Direitos é abordada como conteúdo específico na disciplina supracitada e também, é discutido em todo o decorrer do curso, com enfoque na Resolução CNE/CP nº. 1/2012 e Deliberação CEE/PR nº. 02/2015, no Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, Modalidade de educação a distância, abordando o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, pois, “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (Artigo I, Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamados pela Resolução nº. 217 (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948).

Dessa forma, a temática Educação em Direitos Humanos é referida no curso com aporte teórico tecido na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, documento oficial elaborado e aprovado pela Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1948. Composto por um preâmbulo e 30 artigos, o documento visa reconhecer quais são os direitos fundamentais de qualquer ser humano e garantir que todos os direitos lá apresentados sejam aplicados para o bem e pela dignidade da humanidade. Os direitos apresentados nos artigos vão dos mais básicos, como o direito à vida, à liberdade, à integridade física e à saúde, até os direitos políticos, jurídicos, a liberdade de expressão e o direito pela educação.

Portanto, a Educação em Direitos Humanos é tratada no Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade de educação a distância, ressaltando que os Direitos Humanos constituem a categoria mais básica de direitos que qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, pode requerer em defesa própria ou de outrem. Não há distinção de classe social, cor, gênero,



nacionalidade, religião, orientação sexual ou de qualquer outro tipo que anule os direitos fundamentais de uma pessoa.

9.16 - Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso é abordado no Curso de Graduação em Administração Pública na disciplina **Cidadania e Direitos Sociais no Brasil**, e de uma maneira geral é discutido de forma contínua no curso, tendo em vista, a sua relevância sócio-humanitária, com enfoque na Lei Federal nº. 10.741/2003, artigo 22, logo que, “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” ([Art. 22 da Lei nº 10.741, de 01 de Outubro de 2003](#)).

Dessa forma, as discussões sobre o Estatuto do Idoso no curso contemplam um olhar à pessoa idosa, enxergando-a como protagonista, e fazendo com que os acadêmicos observem que essa camada da população necessitava conhecer seus direitos para exercê-los e reivindicá-los, pois, a Constituição Federal de 1988, determina que a República Federativa do Brasil deve promover o bem de todos, sem preconceitos por conta da idade (art. 3º, IV). A legislação constitucional também afirma (art. 230) que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, garantindo-lhes o direito à vida e defendendo a sua dignidade e bem-estar. Para reforçar essa ideia, a Política Nacional do Idoso, sancionada em 1994, confirma os direitos sociais da pessoa idosa, integrando-a à família e protegendo-a de toda e qualquer forma de violência. Com a criação do Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/03), um dos maiores avanços na perspectiva legal da população com mais de 60 anos, os



direitos da pessoa idosa passaram a ser fortemente difundidos, ampliados e reivindicados com prioridade.

Assim, o Estatuto do Idoso no curso é considerado como principal instrumento de busca pela concretização do exercício de cidadania plena pelo idoso, considerando diversos dispositivos legais que já estavam em vigor e vieram a somar com a Lei nº 8.842/94, que configura a Política Nacional do Idoso (PNI), que considera o indivíduo maior de 60 anos de idade como idoso e algumas prestações, como por exemplo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), só é assegurado a aquele com idade igual ou superior a 65 anos, somado aos demais critérios estabelecidos nos preceitos ordenadores. No entanto, seguindo o critério cronológico de solução de conflito de normas, prevalece a redação dada pelo Estatuto do Idoso, que define ser idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

Portanto, a temática condizente ao Estatuto do Idoso é vista pela sua abordagem legal, no que se refere a proteção e regulamentação dos direitos da pessoa idosa. De acordo com seu artigo 2º, o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

9.17 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS

A LIBRAS é abordada no curso de Graduação em Administração Pública, modalidade de educação a distância, como uma metodologia utilizada além da sua organicidade disciplinar, sendo considerada um fator de inclusão e acessibilidade indispensáveis. Assim, aspectos linguísticos e históricos da cultura surda, bem como, a sua legislação são tratados neste curso, e estão



além da sua oferta na disciplina de LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS LIBRAS (30 horas – 2 créditos, disciplina Optativa 1B), logo que, existe a disponibilidade do profissional intérprete nas demais disciplinas do curso em tela, realiza a interpretação em LIBRAS, por meio do uso de sua estrutura linguística e funções comunicativas.

Destacamos, portanto, que há o profissional tradutor/intérprete de Libras/Português nas disciplinas do suprarreferido curso, na situacionalidade de atendimento deliberado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE-UNICENTRO, considerando a promulgação do Decreto nº. 5.625/2005 que regulamenta a Lei n. 10.436/2002, a qual reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação, em um movimento para o reconhecimento da importância da LIBRAS, além da/na educação dos surdos, procurando favorecer o atendimento educacional pela igualdade de direitos, como está expressa na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência e ainda, o Decreto nº.5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica

Vive-se um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.



Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem cuidará para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EAD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **o estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **professores autores:** responsáveis pela produção dos



materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs);

- **professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **professores pesquisadores:** ligados a um projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- **tutores:** bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e
- **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

10.1. Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é formada por docentes devidamente selecionados que apoiam a organização do curso, bem como são responsáveis pela orientação pedagógica e pelas orientações na produção de materiais e estão vinculados à Coordenação UAB/Unicentro. Tal equipe é composta por design instrucionais e professores de diferentes cursos como: Pedagogia, Administração, Ciências da Computação, Jornalismo, Design, entre outros.



10.2. Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A UAB/Unicentro possui um programa permanente de formação de professores, para a equipe multidisciplinar e para tutores, que envolve uma parte virtual, disponibilizada na Plataforma Licon – Livre Conhecimento e, conta com momentos presenciais, além disso, os profissionais da Unicentro participam de Simpósios e similares na área de educação a distância, bem como em relação a Tecnologias de Informação e Comunicação, inovação, cultura digital, dentre outros temas pertinentes. Atualmente e em parceria com a Universidade Virtual do Paraná, a Unicentro administra uma plataforma denominada “Ideias”, para uma educação online, onde são disponibilizados diversos cursos de curta duração em quatro eixos: plataformas, metodologias de ensino, ferramentas didáticas e interfaces educacionais. Estes cursos são disponibilizados para a formação da nossa equipe e de outras universidades.

10.3. Docentes que Participam da Gestão do Curso

Os docentes do curso são selecionados pelo Setor de Conhecimento de Sociais Aplicadas por meio de edital específico como determina a Portaria Nº 102/2019 da DED/Capes e o perfil é de profissionais da área de Sociais Aplicadas e com experiência em Administração.

O processo de orientação docente da Unicentro e do Curso de Bacharelado em Administração Pública está organizado da seguinte forma: os docentes são responsáveis pelas áreas de conhecimento e são orientados em suas atividades pela coordenação do curso e pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância, para elaboração da disciplina e construção de



materiais didáticos. Cabe aos docentes o assessoramento aos tutores no que diz respeito ao estudo, discussão e avaliação dos conteúdos e material didático do curso. Além disso, esses docentes estão à disposição dos tutores em dias preestabelecidos para atendimento presencial e também via Internet e telefone.

Para realizar as suas atividades, os docentes, bem como tutores e a equipe multidisciplinar participam, anualmente, do processo permanente de capacitação em EAD da Unicentro, o qual objetiva a realização de um processo de formação continuada para profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, ou que buscam atuar. Para tanto, a metodologia utilizada busca enfatizar o desenvolvimento de reflexões e debates em torno dos avanços, rupturas, continuidades e descontinuidades pelo que passa esta forma de ensino e de educação, bem como pressupõe o desenvolvimento de tecnologias, ferramentas e matérias que possam ser experimentados e utilizados no desenvolvimento dos cursos.

11 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A educação a distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ os processos de orientação e avaliação próprios;



- ▶ o monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade de educação a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático, além do processo de mineração de dados com vistas ao acompanhamento dos alunos numa aprendizagem que considere a análise de dados do percurso dos alunos.

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários polos com a Unicentro e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na universidade, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
 - ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
 - ▶ manutenção do Núcleo de Educação a Distância da Unicentro e, que os polos tenham às condições adequadas para dar suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes polos e a Unicentro.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as universidades participantes do programa, com



exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficará a cargo da Unicentro.

Considera-se fundamental o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA–Moodle como campo de prática, sendo assim se destaca como interativo, espaço de produção de metodologias, de materiais didáticos das disciplinas, propostas de autoestudo que envolvem leituras, vídeos, exercícios de reflexão, *quizz*, entre outras propostas, bem como propostas de discussão e colaboração pensadas pelos professores para os alunos, tais como fóruns dirigidos, webs, *wikis*, *chats*.

A interação com os professores das disciplinas, tutores e demais colegas de curso torna-se possível porque todos têm acesso a ambientes interativos de ensino, formando, então, uma verdadeira comunidade virtual de aprendizagem, num processo de rede de significação, a partir de uma ruptura assignificante.

Além deste espaço de interação, de aprendizagem e que comporta diferentes materiais didáticos. Na UAB/Unicentro o professor produz ainda como material didático, a ser disponibilizado no Moodle, uma mídia digital ebook, compatível com diversos aparelhos eletrônicos. A principal diferença entre o livro e o ebook é a interatividade. Por meio de hiperlinks e botões, o aluno é estimulado a realizar trilhas para ter acesso às informações, como, por exemplo, clicar em um botão e ser redirecionado a uma página da internet. Considerando essa característica, ele não só recebe a informação de maneira pronta, mas precisa atuar de forma responsiva dentro do material.

O professor é quem planeja e organiza o material do ebook, enquanto a diagramação é feita pela equipe de *design* da UAB-Unicentro. O formato final do arquivo é um PDF interativo.

Dentre os materiais didáticos a serem desenvolvidos pelos professores estão também os vídeos de conteúdos. Essa modalidade de audiovisual possui alto impacto na aprendizagem, e



saber utilizar essa mídia em termos educacionais pode otimizar a compreensão do conteúdo pelo aluno, bem como auxiliá-lo na discussão e entendimento das estruturas da disciplina. Além disso, é importante evidenciar que estes vídeos são feitos levando em consideração os termos de acessibilidade, ou seja, todos possuem legendas e tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Para tanto, os professores contam com estrutura e profissionais preparados para auxiliá-los técnica e pedagogicamente no processo de planejamento, elaboração e execução dos seus materiais em vídeo. Assim, cabe ao professor pensar a produção dos conteúdos e dialogar com a equipe responsável, sobre como levá-los para o vídeo da melhor e mais interessante forma possível.

Outro material essencial são as webconferências, que são acompanhadas por jornalistas, e se tornam pequenos programas de entrevistas, bem como lives no transcorrer do processo de desenvolvimento da disciplina.

11.1. Sistema de Tutoria

A tutoria no Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o



entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas a sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação é desenvolvida pela Unicentro antes do início do curso e ao longo do curso, por meio de um programa de formação disponível na Plataforma Licon, bem como em encontros presenciais, visita aos polos pela Coordenação, entre outros.



Como meios para interlocução, são utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- webs e lives
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- email;
- espaço do tutor no AVA;
- encontros presenciais.

11.2. Encontros Presenciais

Os encontros presenciais são motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Conforme a metodologia adotada no Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, os encontros presenciais sintetizam as comunidades de prática e lá ocorrem os simpósios, seminários integradores, avaliações presenciais, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

11.3. Recursos Físicos e Materiais

Os recursos de custeio e de bolsas para a oferta da modalidade são oriundos do apoio institucional, bem como de parcerias, destaca-se a parceria com a Diretoria de Educação a Distância do Ministério da Educação, no Programa Universidade Aberta do Brasil. Vale destacar ainda, os convênios estabelecidos com o Ministério da Educação vêm propiciando o financiamento de



bolsas para atuação de professores, tutores e coordenadores, bem como o custeio para elaboração de materiais didáticos, impressão de livros, produção de vídeos e outros meios tecnológicos, bibliografia, reprografia, assim como diárias, e demais despesas de custeio necessárias ao desenvolvimento do curso.

O Curso de Administração da Unicentro mantém-se em constante processo de aprimoramento, tanto em sua infraestrutura física, tendo o Departamento conquistado novas e amplas instalações em 2012, para abrigar áreas de Chefia e Vice-Chefia de Departamento, ambiente coletivo para professores, salas de atendimento a alunos e salas de professores. Além de salas de apoio específicas e gerais, como Setor de Estágio em Administração, laboratórios de informática e Bibliotecas da Universidade.

Outrossim, é importante destacar que além das estruturas gerais do Departamento de Administração e da Unicentro, o Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, modalidade de educação a distância, também conquistou um espaço físico próprio, com instalações, mobiliários, equipamentos e pessoal disponível para atuar no seu funcionamento e no apoio aos professores e alunos.

A infraestrutura física e de pessoal do NEAD/UAB-Unicentro, também foi sensivelmente melhorada desde a implantação do curso, com a ampliação e descentralização de diversas atividades, conquista de novos espaços, contratação e vinculação de novos profissionais das áreas pedagógica, técnica e administrativo-financeira, aquisição de mobiliários e equipamentos diversos.

Nos polos de ensino a distância também se verificaram melhorias em suas instalações desde o início, com alteração em instalação física, ampliação de espaços disponíveis e constituição de acervo de bibliotecas em áreas da Administração Pública.

Outra parceria importante é aquela realizada com as prefeituras dos municípios que abrigam os Polos de Apoio



Presencial, que na medida de suas possibilidades, vêm oferecendo espaços físicos, equipamentos e mobiliários, para os polos, bem como técnicos e secretários para atuarem nestes espaços.

12 – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

12.1. Avaliação Institucional

A avaliação institucional organizada pela Comissão Própria de Avaliação da Unicentro é disponibilizada para os alunos de EaD, mediante instrumentos específicos, ao final de cada disciplina, no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Além desse processo a Unicentro passou a utilizar nos novos cursos e ofertas o processo de mineração de dados, com vistas a acompanhar detalhadamente o desenvolvimento dos alunos, os processos de desistência, a atuação dos tutores e professores.



12.2. Avaliação dos Subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

As ações da EaD, em específico do curso em tela serão avaliadas em reuniões periódicas do NDE, em reuniões administrativo e pedagógicas da coordenação, tutores e professores. O Núcleo Docente Estruturante - NDE, do Curso de Bacharelado em Administração Pública, da Unicentro está oficializado pela **Portaria nº 024-SESA/G/Unicentro, de 28 de setembro de 2020**.

Também ocorrerá o acompanhamento pelo setor pedagógico em processos avaliativos. Da mesma forma, ocorrem reuniões de planejamento e avaliação entre a Coordenação UAB e a equipe multidisciplinar e outros setores de apoio e complementam a avaliação institucional.



A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada, por meio de processos de mineração de dados.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3. Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente as situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo



que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante são regidas pelo que se dispõe o Regimento da Unicentro e as Normas Acadêmicas para os cursos de Graduação da Unicentro. O objetivo principal da avaliação da aprendizagem, na educação a distância da Unicentro, é o de valorizar o trabalho do acadêmico. Ela deve ser contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva. Deverá ainda, ser um processo que possa efetuar mudanças no fazer pedagógico.

O acompanhamento e as avaliações acontecem por meio de provas, participação em fóruns, atividades didáticas e de discussão, resolução de questões propostas pelos professores e acompanhada pelos tutores em cada disciplina, seminários on-line e presenciais, oficinas, grupos de trabalho. Deste modo, o sistema de avaliação do curso é operacionalizado, conforme se destaca abaixo:

→ **Fase 1**



1 Atividades no decorrer de cada disciplina – Valoradas de acordo com critérios do professor. Dependendo da carga horária da disciplina, essas atividades podem ser somativas ou avaliadas por média.

2 Atividade final da disciplina ou por grupo de disciplinas (prova ou seminários integradores, entre outros) – Será realizada preferencialmente, nos polos de educação a distância e informadas na área Avaliação Final da disciplina e no tópico sobre a atividade presencial.

3 Atividade complementar (de até 20 pontos) – Se aplica exclusivamente aos alunos que não atingiram aproveitamento suficiente para aprovação na disciplina, ou seja, alunos que ficaram com notas finais (atividades da disciplina + prova), entre 50 e 69 pontos, ou seja, o aluno que não atingir 70% de aproveitamento necessário para a aprovação nas disciplinas constantes na matriz curricular, pode realizar atividades complementares devidamente elaboradas pelo professor da disciplina. Os alunos serão avisados pelos seus tutores para a realização ou não da atividade complementar e inseridos nesta atividade.

→ **Fase 2:**

1 Plano de estudos - 100 pontos (para os alunos que reprovarem na primeira fase) – O plano de estudo pode ser uma avaliação substitutiva, um trabalho ou outra forma escolhida pelo professor para recuperação de aluno retido em uma determinada disciplina e é realizado conforme cronograma específico, sendo a nota obtida substitutiva da nota da primeira fase.

Para ter direito ao plano de estudos o aluno deve obrigatoriamente ter cursado as disciplinas, e não estar reprovado (conceito abaixo de 70 pontos), em mais de três disciplinas do curso.



Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

13 – Processo de Comunicação-Interação entre os Participantes do Curso

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

LIVE: Recomenda-se que a cada unidade haja uma live ou web marcada com os alunos ou grupos de alunos, para que a efetividade do trabalho ocorra. A *live* pode ser mediada pelos tutores, que paulatinamente vão selecionando questões e repassando ao professor. Para tal, sugere-se que a mesma seja desenvolvida em estúdios, com a presença de técnicos que auxiliem na organização e na mediação.

CHATS: Os chats ocorrem uma ou duas vezes na semana e organizados em grupos, acompanhados pelo professor, pelos professores tutores, com data e horário definidos previamente na unidade.

WEBCONFERÊNCIA COM TUTORES: Uma semana antes do módulo iniciar o professor fará apresentação da disciplina e das



unidades para os tutores que pode ser no formato de *web* a fim de repassar os critérios de correção das atividades e cronograma de prazos de correção;

Webconferência com professor e alunos: Esta ação também está agendada pela coordenação de curso e disponível no cronograma. É disponibilizado um fórum tira-dúvidas da webconferência, a fim de que haja um diálogo entre coordenação, professor, professor-tutor.

Como processos de comunicação os professores e tutores se utilizam fóruns, chats, mensagens do ambiente virtual, grupos em redes sociais, entre outros. Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

14 – Curricularização da Extensão e Articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A extensão universitária tem um papel essencial na articulação da Universidade com a sociedade. Assim, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado estão viabilizando e discutindo propostas para a implementação da curricularização da extensão neste Curso, conforme Resolução CNE/CES nº 7/2018 e Resolução Nº 7-Cepe/Unicentro/2018, para regulamentar o registro e a inclusão das atividades de extensão no currículo do curso, para promover a formação extensionista do estudante, intensificando o seu contato com a sociedade em atividades concernentes ao campo profissional do administrador público, em consonância com as práticas de ensino e pesquisa, visando a transformação social por meio da ação cidadã.

A extensão universitária será abordada no curso como promotora da interação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Assim, no curso ela se efetivará pela oferta de projetos e



programas de formação regular, disciplinas específicas de extensão, porcentagem de carga horária em algumas disciplinas e projetos multidisciplinares, com um consenso discutido entre os membros do NDE, que a proposta da curricularização da extensão deve ser mais adequada à realidade do curso.

Nesse sentido, a extensão vem se destacando como um importante instrumento para que Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, Modalidade Educação a distância cumpra o seu papel junto da sociedade em geral e dessa forma o Administrador Público possa produzir o conhecimento e torná-lo acessível para toda a comunidade no cotidiano. Isto posto, a necessidade da adequação ao princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão pelas Universidades é estabelecida no Artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei Nº 9.394 de 1996, coloca em seu Artigo 43, entre as finalidades da educação superior: “VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, com destaque para o atendimento à população e para a troca de saberes acadêmicos e popular, o projeto do curso coloca as seguintes premissas:

- Interação dialógica: criar relações entre a Universidade e o Administrador Público e a sociedade, efetivando o diálogo de saberes acadêmicos e profissionais;
- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: combinar os diversos conceitos e modelos aprendidos em várias disciplinas e áreas de conhecimento e, também, interagir com diferentes setores, organizações e profissionais com a



finalidade de que se estruture ações que conciliem teoria e prática;

- Relações intercambiantes entre ensino – pesquisa – extensão: as ações de extensão deverão estar baseadas na formação de pessoas (ensino) e no conhecimento gerado (pesquisa). Nesta diretriz é colocada a questão da flexibilização curricular dos discentes e a atribuição de créditos acadêmicos;
- Impacto na formação do estudante: a diretriz destaca a possibilidade de flexibilização curricular e da creditação de ações de extensão, ressaltando ser imprescindível para a efetividade da extensão na formação discente que as atividades extensionistas prevejam a designação de um orientador, os objetivos e quem estará envolvido na ação e como a participação do acadêmico será avaliada;
- Impacto e transformação: levantar as questões prioritárias e que de fato colaborem com o desenvolvimento e a mudança social e agir efetivamente para implantar as soluções.

Por fim ressalta-se as ações de extensão em um conjunto articulado de projetos (ações de extensão como cursos, eventos, prestação de serviços), integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino, com caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo no Curso, nas seguintes temáticas:-

- ➔ Administração Pública;
- ➔ Direitos Humanos e Justiça;
- ➔ Meio Ambiente;
- ➔ Tecnologia e Produção;
- ➔ Trabalho Comunicação estratégica;
- ➔ Desenvolvimento de produtos;
- ➔ Desenvolvimento regional;



- Desenvolvimento rural e questões agrárias;
- Desenvolvimento tecnológico;
- Desenvolvimento urbano;
- Educação profissional;
- Empreendedorismo;
- Emprego e renda;
- Gestão do trabalho urbano e rural;
- Gestão informacional;
- Gestão institucional;
- Gestão pública;
- Inovação tecnológica;
- Propriedade intelectual e patentes;
- Saúde e proteção no trabalho;
- Segurança pública e defesa social;
- Tecnologia da informação;
- Terceira idade;
- Administração no âmbito do Turismo;
- Desenvolvimento humano e comunitário.

Outrossim, destaca-se que estas ações são desenvolvidas com caráter educativo, processual e contínuo como linhas nos Trabalhos de Conclusão do Curso:

Posto isto, destaca-se ainda que segundo o teor da Resolução nº 7-CEPE/Unicentro, de 16 de abril de 2018, da Universidade a qual regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Unicentro, e dá outras providências, especificamente, no seu Artigo 12, que “os cursos de graduação têm até 2021 para adequarem seus PPCs a esta resolução”, e ainda, no seu Artigo 13, que “nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações



previstas no ordenamento próprio para a oferta de educação a distância”. Sendo assim, as discussões do NDE estão pautadas na regulamentação da curricularização da extensão no transcorrer do ano de 2021.

15 – Acessibilidade e Inclusão em atenção aos Discentes e Docentes

O ensino a distância ofertado pela Unicentro e em específico, pelo Curso de Graduação em Administração Pública, além de ser organizado dentro das especificidades da Acessibilidade Digital, por meio dos seus materiais didáticos, os computadores já têm opções que facilitam a rotina de estudos de pessoas com deficiência, como teclas de atalho, para quem não consegue usar um mouse, a ampliação da fonte das letras para quem tem problemas de visão, entre outros. As plataformas podem facilitar ainda mais essa acessibilidade, escolhendo a fonte correta, por exemplo. Existem sugestões de fontes que ajudam no processo de aprendizado online de pessoas que têm dislexia.

Com o avanço da tecnologia é possível ajustar tudo para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais, a exemplo das legendagens dos vídeos e webconferências, bem como, estas, possuem a participação de um intérprete de LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais (considerada uma língua oficial do Brasil desde 24 de Abril de 2002, através da Lei nº 10.436), demonstrando a consciência social inclusiva e reconhecimento da diversidade como pluralidade e respeito às diferenças, existente no Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado, Modalidade Educação a distância da UNICENTRO.

Além disso, o curso ofertado na modalidade de EaD pela Unicentro proporciona diversos benefícios aos que encontram obstáculos relacionados ao fator financeiro, à locomoção ou longas distâncias. Inclusive para pessoas com necessidades especiais, que



em alguns aspectos são totalmente beneficiadas, pois, podem estudar de casa de qualquer lugar onde estejam, é uma prova disso, logo que, grande parte das cidades brasileiras ainda enfrenta problemas com a falta de acessibilidade, por isso, a educação a distância contempla também, quem tem dificuldade de mobilidade.

No que tange, aos polos de oferta do curso, de acordo com o Instrumento de Avaliação utilizado para credenciamento do Polo de Apoio Presencial para ensino a distância disponibilizado pelo MEC/Inep, todos os polos que recebem/ofertam o Curso de Graduação em Administração Pública, possuem uma estrutura física que contempla acessibilidade e inclusão para o seu funcionamento, contendo: sala de atendimento para tutoria e coordenação do polo; secretaria do aluno; auditório ou sala de conferência; laboratório de informática; sistemas e softwares específicos; sanitários acessíveis, espaço de convivência; sinalização das áreas comuns; biblioteca e acessibilidade em todos os ambientes.

No que se refere a sede do Curso de Graduação em Administração Pública está localizada na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Santa Cruz, na cidade de Guarapuava (Paraná), e toda a sua estrutura física e mobiliários estão adequados dentro dos parâmetros de acessibilidade e inclusão para toda a comunidade acadêmica, tendo em vista, a realização das atividades presenciais deste curso a distância, na Unicentro.

16 – O quadro dos docentes que atuam no Curso

A disseminação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem padronizado o entendimento do trabalho docente na educação a distância (EaD), a partir de uma concepção dessa modalidade de ensino que preconiza a escolha dos seus docentes por meio de processo seletivo, em conformidade com processo



seletivo para professor formador, que no caso em tela é realizado pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas, SESA, de Guarapuava.

O SESA no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, seguindo os preceitos da legislação interna da Unicentro e da UAB/CAPEs, realiza a abertura de inscrições para o Processo Seletivo Interno para Professor Formador do Curso, ofertado em convênio com o Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), regido pelas regras estabelecidas no Edital específico para esse fim, e segundo critérios estipulados pelos seguintes documentos: Portaria Capes nº 183, de 21 de outubro de 2016; Portaria Capes nº 15, de 23 de janeiro de 2017; Instrução Normativa Capes nº 2, de 19 de abril de 2017 e Portaria Capes nº 102, de 10 de maio de 2019, para a escolha dos professores que atuarão nas disciplinas ofertados no Curso.

Assim, a equipe docente que ministrará as disciplinas no Curso de Graduação em Administração Pública, são escolhidos mediante a oferta vigente (oferta ativa), com edital específico, realizado para a seleção do(a) professor (a) para a disciplina determinada previamente em edital, considerando que os candidatos deverão ser professores efetivos da Unicentro e, no caso de que não tenham interessados para ministrar à disciplina, podem concorrer docentes não efetivos, desde que atendam as regras do edital.

REFERÊNCIAS

[AMBROZEWICZ, P. H. L. Gestão da Qualidade na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2014.](#)

[ALMINO, J.; LIMA, S. E. M. \(org.\). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: \[http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf\]\(http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf\).](#)

Acesso em: 23 set. 2020.



[ANGELONI, M. T. \(org.\). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.](#)

[ARAGÃO, A. S. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012](#)

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Decreto Nº. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2014.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. Disponível em: http://www.cfa.org.br/institucional/legislacao/leis/1965/Lei4769.pdf/at_download/file. Acesso em: 22 set. 2020.



_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. [Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001](#). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. [Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004](#). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. Ministério da Educação – Câmara de Educação Superior. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. [Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008](#). Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série Legislação; n. 125). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

BOTOMÉ, S. P. Pesquisa alienada e ensino alientante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora Universidade de Caxias do Sul, 1996. 248 p.

[CARDOSO, H. R. O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.](#)

[COUTINHO, D. R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos. São Paulo: Saraiva, 2014.](#)

CONSELHO Federal de Administração. História da Profissão. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>. Acesso em: 23 set. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa



Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: https://www.Capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

COSTA-RENDERS, E. C.; SILVA, L. D. A extensão e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem na educação superior. In: SÍVERES, L. A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013. 272 p.

DOWER, N. G. B. (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DUBOIS, R; LINS, J. (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira - prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_extensao_ou_comunicacao.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. Revista Perspectiva - UFSC, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/37162/pdfa>. Acesso em: 23 set. 2020.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

HABERMAS, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: UNESP, 2014.

HAIR Jr., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Tradução Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471p.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NOGUEIRA, M. D. P.. Políticas de extensão universitária brasileira. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

SOUSA, A. L. L. A história da Extensão Universitária. Alínea, 2010. 140p.



VASCONCELOS, M. L. M. C. In: Extensão universitária: uma construção de solidariedade. João Clemente de Souza Neto, Maria Luiza Guarnieri Atil. (org.). São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

[VELOSO, L. P. QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.](#)

XAVIER, O.S. & FERNANDES, R. C. A. A Aula em Espaços Não-Convencionais. In: VEIGA, I. P. A. Aula: Gênese, Dimensões, Princípios e Práticas. Campinas: Papirus Editora, 2008.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. RESOLUÇÃO Nº 7-CEPE/UNICENTRO, DE 16 DE ABRIL DE 2018. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UNICENTRO, e dá outras providências. Disponível em: <https://sgu.Unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/81F8443E> Acesso em: 22 set. 2020.



ANEXOS

ANEXO A – SUGESTÃO DE FLUXO

1º MÓDULO	2º MÓDULO	3º MÓDULO	4º MÓDULO	5º MÓDULO	6º MÓDULO	7º MÓDULO	8º MÓDULO
360 h/a	390 h/a	390 h/a	360 h/a	390 h/a	390 h/a	390 h/a	330 h/a
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia das Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração I	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Políticas Públicas	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Gestão do Conhecimento	Eletiva I	Eletiva II	Optativa III
Ciência Política		Optativa I					
Introdução à EaD	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III			TCC I	TCC II
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	



ANEXO B – EMENTÁRIOS

MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA
60 horas – 4 créditos
EMENTA
<p>Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.</p>
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2017.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e Administração Pública. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.</p> <p>HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.</p> <p>WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.</p>
TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I
60 horas – 4 créditos
EMENTA
O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de



Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. **Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, João Bosco. **História da Administração**. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.

[MICKLETHWAIT](#), John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia: História de uma ideia revolucionária**. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar**. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções



econômicas; estrutura tributária e déficit público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia**: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNABE, Tierno. **As melhores técnicas de estudo**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[ISKANDAR](#), Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos**. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. **Introdução às técnicas do trabalho intelectual**. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. **Leitura dinâmica e memorização**. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 2016.

CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais. Estatuto do Idoso.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil**: o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Democracia, Mercado e Estado**. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMINI, Cecília W. **Liderança**: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009.

SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

CIÊNCIA POLÍTICA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política:** quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. **Política:** cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA.** 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância** . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância** . Fortaleza: RDS, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância** : o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a distância** : fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de



ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância** : pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

MÓDULO 2

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.

DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). **Instituições de Direito Público e Privado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

CONTABILIDADE GERAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstrac o do Valor Adicionado, Demonstrac o do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apurac o do Resultado do Exercício.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por A c es**: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.



IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. **Contabilidade introdutória**. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FINECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. **Curso de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

MACROECONOMIA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.



MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia**: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia**: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia**: esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. **Matemática Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. **Mathematics For Business**: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.



CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. **Business Mathematics**. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. **Matemática Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, *Accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. **Documento aprobado**. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>. Acesso em: 23 set. 2020.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.;



LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública: Profissionalização eficiência e governança**. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. *In*: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. **Manual de Psicossociologia das Organizações**. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. **Repensando as organizações: da formação à participação**. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.



JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. **Sociologia das organizações**: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologias das organizações**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I

30 horas – 2 créditos

Temas que contribuam para discussão e aperfeiçoamento das questões relacionadas à gestão pública. Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas Voltadas ao Público Jovem; Desenvolvimento sustentável; Sistemas de Governança e Participação Social; Gestão Pública e acesso à informação; Gestão Pública e Planejamento; A Influência das trocas de Governo na Gestão Pública;

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARNEIRO, Alexandre De Freitas. Tópicos De Gestão E Contabilidade Pública Contemporânea. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SILVA, Amon Elpidio da; LIMA, Mirella Rodrigues (org.). Temas contemporâneos em gestão pública e políticas de desenvolvimento. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2019.

VIZOLLI, Idemar et al (Orgs.) Gestão pública: temas contemporâneos [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PEREIRA, José Matias. MANUAL DE GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades de experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007

CAVALCANTE, Pedro. Gestão pública contemporânea: Do movimento gerencialista ao pós-NPM, Texto para Discussão, No. 2319. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

Módulo 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

EMENTA



Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e *ninguendade*. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. **Introdução à Estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.



LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. **Estatística Teoria e Aplicações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOESCH, Claudio. **Probabilidade e Estatística**. São Paulo: LTC, 2013.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e a sua prática**. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014

TRIOLA, Mario. F. **Introdução à Estatística**. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.



CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo os Resultados Fiscais**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. **Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. São Paulo:



LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas, 2016.

FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). **Introdução a Matemática Financeira**. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira**: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. **Matemática Financeira**: com HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Roberto G. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2014.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira**: com utilização da HP-12C. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.



VERAS, Lilia Ladeira. **Matemática financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEZERRA, Marcos Otavio. **Política, Governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências**. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações**. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social: metodologia e casos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro:



Civilização Brasileira, 2005.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II

30 horas – 2 créditos

(Espaço para texto da lpes)

MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014.



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito Administrativo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARDOSO JR., José Celso (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 26 set. 2020.



LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. *In*: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. **Documento aprobado**. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

60 HORAS – 4 créditos

EMENTA

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios**. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2013

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. São Paulo: Atlas, 2002.

DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistemas de Informação para tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 2011.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Editora Person, 2014.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Sistemas de Informação na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELO, Ivo Soares. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Pioneira, 2006.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Cengage, 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: LTC, 2016

STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. **Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II

30 horas – 2 créditos

Temas que contribuam para discussão e aperfeiçoamento das questões relacionadas à gestão pública. Modernização da Gestão. Articulação intersetorial e Relação sociedade civil e gestão pública; A Participação das Mulheres na Gestão Pública; Ações Afirmativas na Gestão Pública; Estado e participação da sociedade civil nas políticas e na gestão pública; Gestão Urbana e Mobilidade; Formação Superior em Gestão Pública; Mercado de trabalho na Área de Administração Pública; Controle social, Transparência e Participação na Gestão Pública;

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARNEIRO, Alexandre De Freitas. **Tópicos De Gestão E Contabilidade Pública Contemporânea**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SILVA, Amon Elpidio da; LIMA, Mirella Rodrigues (org.). **Temas contemporâneos em gestão pública e políticas de desenvolvimento**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2019.

VIZOLLI, Idemar et al (Orgs.) **Gestão pública: temas contemporâneos [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PEREIRA, José Matias. **MANUAL DE GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA**. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades de experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007



CAVALCANTE, Pedro. Gestão pública contemporânea: Do movimento gerencialista ao pós-NPM, Texto para Discussão, No. 2319. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

MÓDULO 5

ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia**: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público**: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). **Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento**: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). **Estratégia**: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica**. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração**



Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de Recursos Humanos – PRH:** conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). **Gestão de pessoas:** bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. de. **Gestão de pessoas:** estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações:** papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina:** arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência:** por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS****60 horas – 4 créditos****EMENTA**

Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais**. Brasília: ENAP, 2015.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

ECONOMIA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização inserção periférica e acordos internacionais.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BACHA, Carlos José Caetano. **Entendendo a economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva. 2011.

WERNER, Baer. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

GOVERNO ELETRÔNICO

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: XX xxx. XXXX.



GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede**: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais**: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro**: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual**: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2020.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo**: subsídios e Programa e-Brasil. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. **Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARBIERI, Luiz Fernando S. **Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: UFF, 2009.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública**. Brasília: IPEA, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANGELONI, [Maria Terezinha \(org.\)](#). **Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.**

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

GATTONI, Roberto Luís Capuruço. **Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos**. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: [Bookman](#), 2008.

MÓDULO 6

GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. *Softwares* para o



gerenciamento de projetos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CLEMENTE, Ademir (org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). **Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. **Gestão de projetos**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. **Gestão de Programas e Projetos Públicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GENARI, Breno. **Introdução ao PERT básico**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

ORÇAMENTO PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação



de recursos: orçamento participativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 26 set. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. **Anais** [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas



institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

60 horas – 4 créditos

EMENTA



Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.



ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas. seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas. características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais**: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e**



programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais.** São Paulo: Veras, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.

ELETIVA DA IPES I

30 horas – 2 créditos

De acordo com as escolhas das turmas

MÓDULO 7

AUDITORIA E CONTROLADORIA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. **Auditoria governamental:** uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Inaldo. **Auditoria Governamental:** em breves reflexões. Brasília:



Gestão Pública, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria governamental**. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>. Acesso em: 26 set. 2020.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.

COUTINHO, [Diogo R.](#) **Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Sérgio. **Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras**: Crítica aos Anteprojetos de Lei. Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: <http://abar.org.br/?mdocs-file=47701>. Acesso em: 26 set. 2020.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. Rio de



Janeiro: Forense, 2013.

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

CARDOSO, [Henrique Ribeiro](#). **O Poder Normativo das Agências Reguladoras**. [Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017](#).

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e *feedback*. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. **Negociação e administração de conflitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. **Novos temas de arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, Roberto Portugal. **Medição e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem: mediação, conciliação**, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. **Estilos de negociação: as oito competências vencedoras**. São Paulo: Saraiva, 2007.



LEITE, Jaci Corrêa. **Negociação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. **Inovação no Setor Público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP-IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178. Acesso em: 26 set. 2020.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação**: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). **Inovação na Gestão Pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.



MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP N°. 38.

GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. **Gestão da Qualidade na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2014.

- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. **Excelência em gestão pública**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

JURAN, Joseph M. **A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MARSHALL JUNIOR, [Isnard](#); [CIERCO, Agliberto Alves](#); [ROCHA, Alexandre Varanda](#). **Gestão da qualidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

- MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.



VELOSO, Luiz Paulo. **QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.

ELETIVA DA IPES II

30 horas – 2 créditos

De acordo com as escolhas das turmas

MÓDULO 8

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CABRAL, Eloisa Helena de. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). **Um sensível olhar sobre terceiro setor**. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social**. São Paulo: Qualitymark, 2011.

--

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). **Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão ambiental empresarial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. **Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.



PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. **Governanças de redes: economia, política e sociedade**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. **Práticas de gestão de redes de cooperação**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). **Redes Sociais e Organizacionais em Administração**. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, [Jürgen](#). **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: UNESP, 2014.

EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MAZZUCATO, [Mariana](#). **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

GERBER, Michael E. **Empreender Fazendo a Diferença**. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BANDEIRA, Cynthia. **Aprender a Empreender**. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. **Empreendedorismo e Estratégia**. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLONCA, Davi. **Gestão por Resultados na Administração Pública**. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da

cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

RICÚPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.

DISCIPLINAS OPTATIVAS



REDAÇÃO OFICIAL

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1A)

EMENTA

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

GOLD, Miriam. **Redação Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BUSUTH, Mariangela Ferreira. **Redação Técnica Empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.

LEDUR, Paulo Flávio. **Manual de Redação oficial**. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. **Padronização e redação dos atos oficiais**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1B)

EMENTA

Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. **Teorias de aquisição da linguagem**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. **Língua de sinais:** processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

FELIPE, Tânia A. **LIBRAS em contexto:** curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, José Carlos de. **Didática e Educação de surdos**. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.Unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). **Bilinguismo dos surdos:** Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

MARKETING E SOCIEDADE

30 horas – 2 créditos - (disciplina Optativa 2A)

EMENTA

Filosofia, papel e impacto do *marketing* nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do *marketing* social. O sistema de formação e do planejamento do *marketing* social. O *marketing* de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do *marketing* social.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



DIAS; Sérgio Roberto *et al.* **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing: Teoria e Casos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. **Marketing: política e sociedade**. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. **Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. **Revista Eletrônica da Administração** (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>. Acesso em: 26 set. 2020.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 2B)

EMENTA

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. **Gestão Logística da Cadeia de Suprimento**. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, Henrique Luiz. **Gestão de Redes de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. **Logística e Operações Globais**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3A)

EMENTA

Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.



CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

CASSONE, Vittorio. **Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3B)

EMENTA

O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). **Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: IPEA, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para Municípios**: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Guia Básico para a Gestão dos Municípios**. Brasília: MP, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.



ANEXO C

– LEGISLAÇÕES DO CURSO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO

LEGISLAÇÕES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

- ➔ RESOLUÇÃO Nº 88-COU/UNICENTRO, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009. Cria o Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade de Educação a distância, na UNICENTRO, Campus Santa Cruz, aprova o seu Projeto Pedagógico e dá outras providências.
- ➔ RESOLUÇÃO Nº 80-COU/UNICENTRO, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011. Altera o art. 3º e o anexo III, da Resolução nº 88-COU/UNICENTRO, de 5 de novembro de 2009, e dá outras providências.
- ➔ RESOLUÇÃO Nº 14-COU/UNICENTRO, DE 11 DE JANEIRO DE 2012. Altera o anexo IV, da Resolução nº 88-COU/UNICENTRO, de 5 de novembro de 2009, que criou o Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade de Educação a distância, na UNICENTRO, Campus Santa Cruz, e aprova ementa de disciplina.
- ➔ RESOLUÇÃO Nº 025-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 18 DE ABRIL DE 2013 Aprova o Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Administração Pública, Modalidade Distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e dá outras providências.
- ➔ RESOLUÇÃO Nº 37-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 20 DE JUNHO DE 2013. Aprova o Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Graduação em Administração Pública, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e dá outras providências.
- ➔ DECRETO Nº 12340, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014. DOE Nº 9313, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014. Fica reconhecido o curso de Administração Pública EAD, pelo prazo de 4 anos.



→ RESOLUÇÃO Nº 33-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 25 DE MAIO DE 2017. Altera o art. 2º, da Resolução 37-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, de 20 de junho de 2013, que aprovou o Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Graduação em Administração Pública, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

→ DECRETO Nº 385, DE 30 DE JANEIRO DE 2019. DOE Nº 10365, DE 30 DE JANEIRO DE 2019. Parecer CEE/CES nº 69/18, de 22 de novembro de 2018. Renova o reconhecimento, da 2ª e 3ª oferta, pelo prazo de 5 anos, até 15 de outubro de 2023.

→ PORTARIA Nº 024-SESA/G/UNICENTRO, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020. Designa Membros do Núcleo Docente Estruturante, NDE, do Curso de Bacharelado em Administração Pública, Campus Santa Cruz, UNICENTRO, e dá outras providências. O DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GUARAPUAVA, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais. Considerando os itens XII e XIII do art. 14 da Resolução nº 29 -COU/UNICENTRO, de 21 de setembro de 2016 e considerando o § 1º do art. 4º da Resolução nº 32-CEPE/UNICENTRO, de 30 de setembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º Designar como membros do Núcleo Docente Estruturante, NDE, do Curso de Bacharelado em Administração Pública, da UNICENTRO, os docentes: - ADEMIR JURACY FANFA RIBAS; - ARI SCHWANS; - ARILDO FERREIRA; - CLEBER TRINDADE BARBOSA; - CLEVERSON FERNANDO SALACHE; - LUCIANO FERREIRA DE LIMA; - MARCIO ALEXANDRE FACINI. Parágrafo único: O período de exercício do Núcleo Docente Estruturante, NDE, que se refere o caput deste artigo é retroativo a 1º de fevereiro de 2020 estendendo-se até 31 de janeiro de 2022.

→ PORTARIA Nº 804-GR/UNICENTRO, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020. Designa Coordenador do Curso de Graduação em Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, da Universidade Aberta do Brasil, UAB/NEAD/UNICENTRO, e dá outras providências. O, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido no Protocolo nº 8.141, de 28 de setembro de 2020, e nos termos do art. 9º, inciso XXIII, do Regimento da UNICENTRO, RESOLVE: Art. 1º Designar ADEMIR JURACY FANFA RIBAS, RG nº 4.169.533-1, Professor Adjunto, nível A, LF 01, lotado no Departamento de Administração, Campus Santa Cruz, Unidade Universitária de Guarapuava, UNICENTRO, como Coordenador do Curso de Graduação em Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, da Universidade Aberta do Brasil, UAB, Núcleo de Educação a distância, NEAD/UNICENTRO. Parágrafo único. A designação de que trata o caput deste artigo é para o período de 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2024.